

XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA
31 de Julho a 3 de Agosto - Curitiba, Paraná
Universidade Federal do Paraná

Área 10: Política e Economia

**A CRISE DE 2008 E O FUTURO DOS LEGADOS SOCIAL DEMOCRATAS - UM
ESTUDO COMPARADO ENTRE EUROPA E AMÉRICA DO SUL**

Rafael Shoenmann de Moura (IESP/UERJ)¹

Rodolfo Scotelaro Porto Darrieux (IESP/UERJ)²

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do NEIC (Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo) e pesquisador integrante do INCT-PPED e do LabChina-UFRJ. Email: rafaelmoura5028@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9313386712560846>.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Colaborador no projeto "IESP nas eleições" - homepage: <http://iespnaseleicoes.com.br/>. Email: rodolfo_scotelaro@iesp.uerj.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0749316303177830>.

Resumo: O *objetivo* deste artigo, debruçado tanto sobre uma literatura politológica quanto sobre uma imbricada à economia heterodoxa, é investigar a evolução recente dos sistemas de proteção social na Europa e em países selecionados da América do Sul, particularmente após a crise financeira de 2008. A partir de uma contextualização histórica inicial, buscaremos analisar a *questão primária* de como a conjuntura crítica engendrada pela crise sistêmica do subprime estadunidense, pensada como variável independente, impactou nas capacidades estatais e políticas de *welfare*, nossa variável dependente. Como *questão secundária*, será posto em perspectiva se os desdobramentos da crise variaram conforme a orientação dos governos nacionais no espectro ideológico. A *hipótese primária* aqui aventada seria que, pela crise atual se originar no epicentro econômico global (EUA), teria ocasionado em tais países uma reorientação estrutural de seus modelos de crescimento, com especial severidade para a América do Sul por sua dependência da cadeia de *commodities* e baixos níveis de poupança interna. Isto teria aprofundado as políticas de austeridade e retraído os tecidos de seguridade. Como *hipótese secundária*, argumentamos que tais reorientações tiveram igual impacto sobre os países a despeito dos partidos políticos incumbentes, sejam eles liberais ou voltados a uma agenda inclusiva e distributiva. Isto se dá em função do recrudescimento do atual paradigma de globalização financeira, onde políticas que não contemplem os atores representativos do capital (K) são punidas pela fuga de fluxos e recursos, conforme a lógica hirschmaniana de “saída” exercida pelos investidores. Nossa *metodologia* terá um cunho qualitativo e quantitativo, tecendo uma análise descritiva dos dados empíricos arrolados e também os operacionalizando para testar nossas hipóteses. O artigo se encerra com um exercício prospectivo acerca das possibilidades futuras para a retomada de projetos de desenvolvimento inclusivo em ambos os continentes, imbuídos de caráter social democrata e capazes de conciliar capital e trabalho.

Palavras-chave: Social Democracia, Neoliberalismo, Crise Financeira, Estados de Bem-Estar Social, Europa, América do Sul.

Introdução

Este artigo busca investigar as consequências políticas e econômicas diretas e indiretas da crise financeira eclodida nos Estados Unidos em 2008 sobre as capacidades estatais e promoção de *welfare* de países selecionados da Europa e América do Sul. Uma das razões para isto é a oportunidade de realizarmos um esforço comparativo sobre o espriamento desse episódio sistêmico tanto sobre o “centro” quanto sobre a “periferia”, medindo as gradações dos diferentes impactos conforme o posicionamento nas cadeias produtivas globais e na divisão internacional do trabalho. Para empreendermos tal esforço de pesquisa teremos em perspectiva, de um lado, a literatura politológica centrada em conceitos como *Social Democracia*, *conjuntura crítica* e *recursos de poder*; e de outro a literatura econômica heterodoxa e/ou crítica, desvinculada dos pressupostos liberais neoclássicos acerca da superioridade institucional do mercado autorregulado vis-à-vis a ação do Estado na esfera produtiva e distributiva.

Nos anos seguintes a 2008, uma série de pacotes de resgate ao setor financeiro por parte de vários Estados nacionais europeus demandou uma verdadeira viragem na política econômica e institucional de modo a adequar os respectivos orçamentos a tal internalização da dívida privada pelo setor público. Desde então, a Europa passou por graves medidas de austeridade e enxugamento de gastos afetando os principais indicadores socioeconômicos, tais como PIB, índices de desemprego, salários, salvaguardas de proteção social, etc (Blyth, 2017).

Por sua vez, a América do Sul se viu igualmente afetada por tal episódio: as reorientações produtivas suscitadas pela crise acabaram contribuindo para o fim do ciclo virtuoso dos preços de *commodities* e entrada de divisas que tanto favoreceram a região e seus governos progressistas na década anterior³. Embora cientes de que tais trajetórias de desacelerações trazidas em nosso recorte ainda sejam alvo de densos debates no bojo da literatura, e que muitos apontem problemáticas inerentes aos regimes produtivos desses países ao explicarem a piora de seus desempenhos, ainda assim partiremos da crise como ponto analítico para contrastar as mudanças em tais regiões. Com isto, visamos enriquecer a discussão sobre os rumos recentes tomados pela economia política global. A seguir, segue breve tabela elucidando o desenho de pesquisa que temos por finalidade neste *paper*:

³ Por progressistas denotamos governos que colocavam políticas redistributivas acima de demais questões como controle inflacionário no centro da agenda de governo.

Tabela 1 – Desenho de Pesquisa do Artigo

Questão Primária	Como a crise financeira de 2008, entendida como uma <i>conjuntura crítica sistêmica</i> , impactou Europa e América do Sul em suas capacidades estatais de promoção do <i>welfare</i> ?
Questão Secundária	A incidência da crise variou conforme os recursos de poder dos partidos de esquerda, em função das distintas respostas e mediações por estes engendradas ante o episódio?
Variável Independente	Crise financeira do <i>subprime</i> de 2008 (fruto de uma tendência de financeirização e desregulação dos distintos mercados e economias) e seus desdobramentos diretos e indiretos.
Variável Dependente	Proteção social (auferida pelos gastos respectivos sobre o PIB) e capacidades estatais (fiscais) de promoção do desenvolvimento econômico inclusivo.
Metodologia	<i>Qualitativa</i> , baseada na descrição dos dados empíricos arrolados; e <i>quantitativa</i> , tentando operacionalizar os mesmos mediante regressões lineares múltiplas e testes de significância.
Fontes de consulta	Banco Mundial (<i>World Development Indicators</i>); OCDE; Cepal; FMI; OIT e sites de Congressos Nacionais dos países selecionados.
Hipótese Primária	Como a crise emergiu no epicentro da economia internacional, seus desdobramentos tiveram impacto estrutural mais severo sobre as economias nacionais, com especial deterioração para a América do Sul em função de seu posicionamento periférico na divisão internacional do trabalho e cadeias produtivas globais.
Hipótese Secundária	Magnitude dos impactos econômicos e estruturais da crise de 2008 sobre os regimes produtivos nos respectivos continentes independeu das orientações ideológicas e programáticas das forças políticas incumbentes.
Recorte de Países	Argentina, Brasil, Chile e Uruguai (<i>América do Sul</i>); Alemanha, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Reino Unido (<i>Europa</i>).

A *próxima seção* do artigo visa conceituar o que é a Social Democracia e o *welfare state*. A *segunda seção*, por seu turno, centra nas experiências dos governos pós-neoliberais emergentes na América do Sul após quase duas décadas de adequação aos marcos institucionais e regulatórios de inclinação liberalizante. Por questões de escopo, nosso recorte na região abrangerá somente os casos de Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, mais fidedignos a um caráter social democrata. A *terceira seção*, enfim, adentra na economia política da crise de 2008. Após breve radiografia dos elementos factuais e técnicos mais presentes em seu estopim, partiremos para uma contextualização histórica dessa instabilidade dentro de uma onda ampla de desregulações financeiras iniciadas a partir da virada dos anos 1970 para a década de 1980 nos países centrais. Ainda em tal seção, também sistematizaremos as respostas governamentais imediatas, uma vez mais centrando nos países analisados da Europa e da América do Sul. Na *quarta seção*, realizamos análises empíricas descritivas dos dados macroeconômicos arrolados e testes estatísticos, buscando mapear eventuais tendências. A *quinta e última seção* trará as considerações finais sobre as evidências encontradas à luz das hipóteses e perguntas de pesquisa colocadas.

1) A Social Democracia europeia como um fenômeno histórico

Entre o final do século XIX e início do XX, a Europa passou por severas turbulências políticas causadas por transformações das relações sociais e econômicas com a consolidação e enraizamento do capitalismo. Este, organizando a sociedade industrial moderna, colocava o sistema produtivo sob a égide do mercado, com tal nova lógica determinando a vida social e sobrepujando o próprio poder político (Polanyi, 1971). Foi um período de rompimentos agudos do tecido social no continente europeu, com diversas correntes políticas emergindo no intuito de resolver este problema. Partidos comunistas, socialistas, social democratas, organizações sindicais e posteriormente, em torno dos anos 20 da primeira metade do século XX, os fascistas, constituem tentativas de respostas práticas ao mal-estar causado pelo capitalismo de *laissez-faire*, mesmo com ampla diferença programática entre eles. Todavia, uma característica deste período era a presença de instituições democráticas e parlamentares em diversos países (Berman, 2006; Darrieux, 2017)⁴.

No entanto, dentro dos partidos comunistas e socialistas mais tradicionais, a institucionalidade democrática pouco importava e era vista como inócua, refletindo tão somente os interesses de classe dos donos do capital (Przeworski, 1985; Bergounioux e Manin, 1989; Berman, 2006). Logo, a participação política desses grupos dentro do “jogo” institucional não era uma opção crível. Por sua vez, os social democratas adotaram essa mesma participação política como parte intrínseca de sua estratégia de chegada ao poder. Tal via significava que o partido deveria aceitar os marcos institucionais e legais postos pela democracia representativa como meio de conseguir implantar uma agenda programática socialista (Berman, 2006)⁵.

Desse modo, os social democratas constituíram partidos voltados à atender especificamente os interesses dos trabalhadores organizados, fenômeno até então inédito (Bergounioux e Manin, 1989). Os social democratas foram fundamentais para alterar a própria noção de democracia. Na segunda metade do século XIX, a democracia representativa indicava que os eleitos deveriam ser escolhidos pelo voto para tomar as melhores decisões para o “bem comum”. Com a entrada dos social democratas na disputa política, os representantes eleitos pelo partido deveriam

⁴ Democracia aqui não possui uma conceituação muito criteriosa. Certamente, na época, o direito a voto ainda era restringido por parâmetros de renda e gênero em muitos países e diversos partidos sofriam repressão política, como o SPD no caso alemão sob o governo Bismarck na década de 1880.

⁵ Przeworski (1989) argumenta que a abstenção eleitoral nunca se mostrou uma estratégia verdadeiramente racional para a classe trabalhadora. Isto ocorre pelo fato do horizonte da competição democrática proporcionar meios de promover interesses dos diferentes grupos políticos no curto prazo. Logo, qualquer partido que pretenda mobilizar a classe trabalhadora obterá dividendos políticos ao se aproveitar de tal oportunidade.

atender a uma *constituency* específica - os trabalhadores - e agir em prol de melhoras na condição material deste eleitorado, quebrando a lógica prévia da noção de uma suposta “harmonia de classes” (*ibidem*, 1989). Isto foi inovador no comportamento dos indivíduos, pois engendrou uma nova identidade política, a do trabalhador se enxergar como trabalhador e se comportar eleitoralmente como tal, para atender interesses de classe ao invés de votar por outras motivações fora do eixo capital - trabalho (Lipset e Rokkan, 1967; Przeworski, 1985).

Não obstante, somente os votos do operariado industrial organizado iriam relegar o partido a uma posição parlamentar constantemente minoritária, colocando-o sempre como opositor ou parceiro secundário em eventuais coalizões. Sendo assim, como no jogo político-eleitoral o apoio majoritário é a regra, os partidos social democratas precisaram recorrer ao apoio de outros segmentos políticos e sociais, recorrendo assim às alianças *cross-class* (Przeworski, 1985; Bergounioux e Manin, 1989; Berman, 2006). Esses partidos, assim, passaram a deter uma identidade de “massas” ou “do povo”, diversificando o escopo original de sua atuação política e tendo de atender não só às demandas do operariado organizado como também bandeiras de maior acesso à educação para os jovens, salário-família aos mais pobres e créditos agrícolas aos pequenos agricultores.

Na Europa do Pós-guerra, as relações entre os Estados nacionais e a sociedade civil se reconfiguraram drasticamente, encontrando terreno fértil para sucessivas vitórias eleitorais dos partidos social democratas e refletindo também um novo consenso societal e político em torno de uma rede de benefícios sociais e estratégias econômicas encabeçadas pelo Estado (Judt, 2008). Assim o Estado amalgamou os predicados de planejador, árbitro, provedor e guardião. Os partidos liberais, no geral, ficaram de fora ou foram protagonistas secundários em tal consenso, exercendo pouca influência durante esses anos.

Esping-Andersen (1990) mostra essa tendência mediante uma tipologia comparando *welfare states* sob os três tipos de governo, através de mensuração do nível de bem estar pela capacidade de “desmercantilizar” os indivíduos⁶. O autor observa que a “desmercantilização” é mais forte sob a social democracia, pois as políticas tendem a um caráter universalista. A função do Estado sob tal regime é mitigar desigualdades mediante proteção e benefícios sociais universais; ou seja, que independem da renda dos indivíduos, garantindo acesso irrestrito aos mesmos serviços e direito à renda mínima. Como resultado, o autor denota um alto nível de “desmercantilização” dos indivíduos em países próximos a esse modelo (ex: escandinavos). Por sua vez, sob

⁶ Ou seja, mede o *welfare state* por sua capacidade de reduzir a dependência de um indivíduo da lógica do mercado.

um regime liberal, as políticas sociais possuem caráter apenas residual. Ou seja, sob tal orientação, o Estado só é acionado nos casos de pobreza extrema e localizada através de programas *means-tested*.⁷ O autor encontra níveis muito baixos de “desmercantilização” nos países próximos a este modelo, como os Estados Unidos. Por fim, no tipo ideal conservador, também chamado de corporativista-estatista, há contestação significativa à mercantilização e conseqüentemente, o Estado produz direitos sociais fortes. No entanto, os benefícios não são universalistas e sim baseados no status da diferenciação social. Neles, há um nível razoável de “desmercantilização” (ex: países centrais da Europa continental).

Na governança macroeconômica, Hibbs (1977) destaca que os governos social democratas se notabilizaram pela ênfase no pleno emprego, aceitando maiores taxas de inflação enquanto governos liberais toleravam maior desemprego em prol da estabilidade monetária. As políticas desses distintos governos também se relacionam com o *trade-off* entre inflação e emprego previsto na Curva de Phillips, em vigor durante o regime de governança monetária internacional de Bretton Woods onde era salvaguardado maior *policy space* aos Estados nacionais e a movimentação de capitais era mais regulada (Rodrik, 2012).⁸ A explicação encontrada por Esping-Andersen (1990) sobre as políticas sociais e de Hibbs (1977) quanto às políticas macroeconômicas são, em certo sentido, convergentes: as diferenças entre tipos de governo ocorrem devido às coalizões sociais que dão base de sustentação para cada.⁹ O que permitiu serviços públicos universalistas, como argumentado por Esping-Andersen (1990), foi a coalizão de trabalhadores *white/blue collars* com o setor agrário.

Na virada dos anos 1970 para 1980, ante profundas transformações em voga no capitalismo global (desaceleração econômica dos países centrais; instabilidades no balanço de pagamentos dos EUA; choques do petróleo; etc.), foram engendrados severos pontos de veto à governança social democrata, com o advento da

⁷ Programas *means-tested* são políticas públicas voltadas para um determinado problema social específico. Ou seja, possuem baixa abrangência.

⁸ A *Curva de Phillips* argumenta que a inflação aumenta em períodos de desemprego baixo em função do aumento do poder de barganha dos trabalhadores vis-à-vis os empregadores, o que se consubstancia em maiores salários e, por conseguinte, maiores custos que são repassados à população (Froyen, 1999).

⁹ Resultados econômicos, dentro da distribuição nacional, apresentam elos de classe por afetarem interesses distintos, implicando na aversão relativa de diferentes grupos sobre as variáveis em questão. Grupos ocupacionais e de renda baixa/média seriam mais avessos ao desemprego do que inflação, enquanto que classes/estratos de renda mais alta, relativamente blindados no mercado de trabalho em função da maior qualificação, elencariam a baixa inflação como prioritária ao desemprego. Portanto, partidos trabalhistas/social democratas, com base eleitoral assentada no trabalho organizado e em classes sociais de renda mais baixa teriam predileção por políticas fiscais e monetárias focadas na busca por pleno emprego; enquanto conservadores, respondendo às classes mais altas e aos interesses do capital, focariam na estabilidade monetária (Hibbs, 1977: p.1470).

globalização financeira (Rodrik, 2012). Erodia-se o paradigma de bem-estar social do Pós-Guerra, com mudanças tecnológicas, redução dos custos transacionais e extinção de barreiras regulatórias pertinentes à circulação de capitais. Com isto, a viragem institucional pró-desregulamentações ampliou a mobilidade dos fluxos financeiros; fortalecendo o poder de barganha dos atores representativos do capital em comparação aos do trabalho (Keohane e Milner, 1996). A lógica subjacente a esse processo é que os Estados nacionais, se veriam tolhidos a promoverem expansionismos fiscais ou desmercantilização ante a lógica hirschmaniana de saída de investimentos e recursos por parte dos credores, podendo conduzir a instabilidades econômicas (Keohane e Milner, 1996; Weiss, 2003).

Ainda assim, as consequências da crescente integração financeira sobre a autonomia governativa nacional são complexas e também responsivas às instituições e correlação de forças políticas domésticas em cada caso (Weiss, 2003). Portanto, assim como seus impactos podem ter conotação restritiva sobre agendas redistributivas e geradoras de bem estar, também podem fornecer oportunidades para “interdependências governadas” via redesenho qualitativo das relações público-privadas em novas instituições e suas redes políticas. Como Pierson (1996) sumariza, embora desde os anos 1970 uma série de pressões no seio do ordenamento econômico e político tenha posto em cheque a resiliência dos *welfare states*, o enxugamento da proteção social sempre se deu com bastante cautela, tendo em vista o pesado ônus eleitoral decorrente. Em uma perspectiva de *path dependence*, os programas de bem-estar mais maduros e longevos constituíram e constituem barreira considerável a câmbios radicais (Pierson, 1996)¹⁰.

Assim, *caracterizamos um partido social democrata como uma organização política de centro-esquerda buscando representar prioritariamente os interesses materiais dos diferentes grupos componentes da classe trabalhadora, tendo em vista a sua clientela eleitoral*. Logo, em razão das demandas diretas de sua *constituency*, sob um regime social democrata, as políticas públicas tendem a priorizar o pleno emprego sobre outras pautas econômicas e gerar serviços públicos em tese mais universalistas.

2) A América do Sul no Pós-Neoliberalismo: ensaios tardios de Social Democracia?

A partir da década de 2000, observou-se na América do Sul a emergência ao poder de uma série de partidos de esquerda/centro-esquerda, abraçando a via institucional e

¹⁰ Conforme o autor, momentos de crises poderiam fornecer a “janela de oportunidades” perfeita para que forças políticas antagônicas à *desmercantilização* – ou seja, grosso modo, as liberais – possam apresentar tal cartilha de diminuição de cobertura e maior austeridade fiscal como solução para sanar os descompassos da economia política (Pierson, 1996: p.35-7).

logrando a presidência mediante acúmulo progressivo de recursos políticos através de bancadas partidárias e formação de coalizões nos parlamentos. Com isto, também se deu uma viragem na ênfase conferida às políticas públicas e ao papel estatal sobre a economia, com novas agendas sendo coletivamente construídas de modo a incorporar segmentos historicamente marginalizados nas arenas decisórias (Boschi e Gaitán, 2012). Nesta seção do artigo, então, centraremos nosso estudo em quatro dessas experiências e as respectivas transformações econômicas e sociais que engendraram, bem como suas limitações: a do Partido Justicialista (PJ) especificamente a partir do governo de Nestor Kirchner na Argentina; a do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil a partir de Luís Inácio Lula da Silva; o Partido Socialista (PS) no Chile a partir de Ricardo Lagos e, finalmente, a Frente Ampla (FA) no Uruguai com Tabaré Vázquez.¹¹ A *justificativa* para tal enquadramento é o fato dessas experiências cumprirem diversos dos requisitos necessários à classificação como partidos social democratas.

É preciso destacar que, mesmo com propostas de desenvolvimento socialmente inclusivas, mantiveram-se inalterados os arcabouços institucionais com ênfase na estabilidade monetária. Tal arcabouço macroeconômico implicava na continuidade da tríade câmbio flutuante, *inflation-targeting* e superávits primários para equacionar a relação dívida/PIB; impondo restrições aos governos em termos de políticas expansionistas e redistributivas robustas (Boschi e Gaitán, 2012; Campello, 2015)¹². Não obstante essas limitações internas e externas advindas da globalização financeira, a política social manteve-se como carro-chefe da agenda desses governos: enfática no fortalecimento do mercado interno e valorização salarial, contribuindo para quedas nos índices de desemprego, desigualdade e pobreza (Gráficos A, B e C no Anexo).

É preciso salientar que, apesar de haver diferenças, tais partidos se estruturam em torno de um histórico com influência sindical, mantendo representação parlamentar e candidaturas presidenciais por períodos prolongados (Lanzaro, 2008). Com exceção do PJ que remonta a Juan Domingo Perón, tais agremiações encontram origem nos processos de abertura dos regimes autoritários da região, construindo paulatinamente lideranças e elites partidárias fortes na sociedade. Neste sentido, cumpre observá-los

¹¹ A razão para iniciar a análise argentina somente a partir do governo Kirchner, mesmo com o presidente Carlos Menem também tendo integrado o PJ, é que, em função do contexto econômico específico de hiperinflação e recessão do início dos anos 1990, este último teve de se debruçar mais no combate ao aumento de preços e priorizar a estabilidade monetária, tendo um mandato relativamente descolado das bases sociais partidárias. Portanto, o giro progressista situa-se melhor com a ascensão de Kirchner e o fim do período de paridade cambial (Bustelo, 2013; Trujillo, 2017).

¹² Com exceção da Argentina, onde o fim da paridade cambial e a conversibilidade da moeda só passaram a vigorar nos anos 2000.

e matizá-los por um prisma analítico denotando os equilíbrios de poder e as correlações de forças, e finalmente a institucionalização da competição eleitoral.

Todos os casos aludidos estão situados em contextos de sistemas políticos institucionalizados e plurais. Outro referencial para mensurar tal institucionalização e a chancela aos sistemas é a volatilidade eleitoral, definida por variações nas composições das bancadas partidárias da esfera legislativa; com baixos índices na Argentina, Chile e Uruguai ao passo que é um pouco mais elevado no Brasil (Lanzaro, 2008). Em todos os casos, se operou um movimento rumo ao “centro” típico do observado na Social Democracia europeia, com aproximação relativa das legendas a uma estrutura *vote-seeking* e diversificação/alargamento de seus eleitorados originais (Lanzaro, 2008: p.49).¹³ Ou seja, em tais rotas encontramos, por um lado, governos de partidos de esquerda que aceitaram as regras da democracia representativa e o ordenamento da economia capitalista; e, por outro, reconfigurações na importância conferida às políticas sociais, agora mais robustas e orientadas para os excluídos.

Em suma, tendo em vista os elementos elencados acima, parece flagrante que tais experiências possuem um caráter social democrata; colocando a inclusão como eixo ordenador de suas concepções de desenvolvimento (Lanzaro, 2008; Boschi e Gaitán, 2012)¹⁴. Tiveram o mérito de, dentro das lógicas e limitações dos sistemas políticos e arquiteturas macroeconômicas neoliberais, aproveitar o cenário internacional favorável – *boom* de commodities e abundância de crédito externo – para promoverem políticas fiscais mais vigorosas consubstanciadas em políticas públicas de inclusão social, busca pelo pleno emprego e diminuição da informalidade (Campello, 2015). O gráfico D em Anexo, corrobora esta última tendência indicada com exceção do Chile, sob governo do liberal Sebastian Piñera (*Renovación Nacional*) durante a maior parte do recorte abarcado¹⁵.

Uma crítica colocada ao enquadramento desses governos progressistas do Cone Sul na tipologia de Social Democracia opera com base no fato destes terem engendrado a inclusão pela via do microcrédito e das políticas sociais condicionadas e/ou economicamente orientadas; sem terem promovido, contudo, uma lógica de desmercantilização conforme ocorrido no exemplo histórico europeu (Lavinias, 2017; Lavinias e Simões, 2017). Tal assertiva, desse modo, argumenta que a incorporação

¹³ Um partido *vote-seeking* detém uma plataforma programática maleável objetivando adaptação aos distintos contextos para maximizar possibilidades de vitória eleitoral (Amaral, 2009: p.112).

¹⁴ Por *recursos de poder partidários*, nos referimos ao acúmulo de assentos por parte de tais forças políticas no Legislativo, servindo como importante (embora não determinante) baliza para mensurar seu poder de pressão, negociação e barganha na definição de políticas públicas e sobre a política econômica.

¹⁵ Isto pela pouca disponibilidade de dados pertinentes a tal indicador para o país nos anos prévios.

dos segmentos sociais mais pobres aos mercados consumidores de massa se deu concomitantemente à financeirização dessas economias, assentada na colateralização das políticas públicas, endividamento e mercantilização de diversos serviços. Embora tal crítica seja de fato acurada, consideramos que peca por certo “anacronismo” e por não conferir devida atenção a determinados elementos e aspectos estruturais dos regimes produtivos sul-americanos, cuja especificidade histórica e periférica fornece obstáculos adicionais na consecução de uma variedade de capitalismo menos regressiva socialmente.

Em primeiro lugar, a crítica é relativamente anacrônica pelo fato de os governos social democratas europeus terem construído seus legados de *welfare* dentro de mercados laborais mais formais, verticalizados e com um arcabouço keynesiano de governança monetária da economia internacional assegurando maiores regulações contra movimentações de capitais. Assim, tiveram uma “vantagem histórica” única da ordem imediata de Bretton Woods no Pós-Guerra, não partilhada nem mesmo pelas social democracias tardias da própria Europa (Portugal, Espanha, França e Grécia) muito menos pela América do Sul do século XXI, com *policy space* reduzido no contexto de uma nova arquitetura global endossando um capitalismo dirigido pelas finanças (Guttman, 2008). Ainda assim, Garrett (1996) e Boix (1998) salientam que, apesar do contexto adverso, a agenda social democrata ainda encararia o crescimento econômico como meio de capacitar o Estado para promover políticas redistributivas, enquanto conservadores e liberais creem que o crescimento econômico por si só é capaz de reduzir a pobreza e promover bem-estar. Nesse cenário, novas estratégias políticas são moldadas. Para eles, é imprescindível que partidos social democratas consigam maiorias eleitorais sólidas para levar sua agenda adiante. Boix (1998) argumenta ainda que, a estratégia social democrata nesse contexto passou a centrar no investimento público em capital físico e humano, ou seja, em políticas mais focadas na oferta (*supply-side*) e na criação de *social wages*¹⁶.

Quanto às especificidades periféricas sul-americanas, algumas das apontadas são: a crescente tendência de desindustrialização e reconfiguração dos países da região em economias de serviços¹⁷, mercados de trabalho excessivamente informais e fragmentados, e ainda baixos índices de sindicalização implicando numa barganha coletiva de pequena cobertura (Schneider e Soskice, 2009; Campello, 2015).

A partir da crise financeira de 2008, os revezes adicionais introduzidos levaram a economia global a um cenário de instabilidades, recessão, conflitos cambiais entre os

¹⁶ Tratam-se de políticas públicas que visam garantir uma renda mínima aos indivíduos em situação de extrema pobreza.

¹⁷ Cabe destacar que no setor de serviços os ganhos salariais e de produtividade são bastante inferiores vis-à-vis a indústria.

países centrais e desaceleração dos preços primários com termos de troca desfavoráveis (Gráfico E em anexo). Ou seja: os principais vetores de acumulação de tais regimes produtivos sulamericanos erodiram, contribuindo para a desaceleração do crescimento, regressão de indicadores sociais e programas de seguridade; e, tensionamentos crescentes nos pactos entre K e L. Excetuando o Uruguai, tais acirramentos conduziram ou à alternância de poder para coalizões e forças liberais (casos da Argentina e do Chile) ou à ruptura política, como no caso do Brasil com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A discussão sobre os impactos socioeconômicos dessa mudança de cenário será feita na Seção IV, após uma radiografia mais detalhada da crise financeira a seguir.

3) A Crise Financeira de 2008: suas origens e respostas governamentais

Nesta seção do artigo reconstituiremos os dispositivos causais que se coadunaram para produzir a crise financeira sistêmica de 2008, bem como elementos políticos e econômicos responsáveis por sua perpetuação sob a forma de programas de austeridade e regressão da proteção e gastos sociais. Além disso, serão vistos os desdobramentos da crise para a América do Sul, já que também foi afetada por reorientações produtivas engendradas no bojo de uma economia internacional intimamente ligada. Ao fim, comentamos também algumas respostas governamentais diante da eclosão da crise, particularmente no que tange ao sistema financeiro.

Primeiramente, deve-se salientar que a crise de 2008 deve ser entendida através das estruturas institucionais e regulatórias financeiras e econômicas, ordenando o comportamento e os incentivos dos atores que dela participaram (Blyth, 2017). Na perspectiva de Blyth (2017: p.48-9), quatro pilares geraram as instabilidades da crise: a estrutura operacional do mercado colateral de operações compromissadas; a estrutura de títulos derivativos assentados em hipotecas; a maior exposição de carteiras de investimento através da lógica dos “*Tail Risks*” e, finalmente, as próprias premissas ideológicas dos banqueiros e reguladores.

Sobre o primeiro tópico, o mercado de operações compromissadas constitui um sistema bancário paralelo (*Shadow Banking*) que replica as atividades dos bancos comerciais normais, embora sem o lastro de certas regulações sobre serviços financeiros.¹⁸ A crise emergente no biênio 2007/2008 se configurou exatamente em uma corrida aos bancos através de tal mercado, pondo em risco a própria disponibilidade de liquidez na economia estadunidense mediante um “Credit Crunch”:

¹⁸ Geralmente, as instituições financeiras de tal mercado compromissado emprestam e pedem emprestado montantes consideráveis de dinheiro por períodos muito curtos e com taxas de juros muito baixas, com troca de ativos e recompensa dos mesmos no dia seguinte (“*venda*”, “*recompra*” ou “*repo*”).

ou seja, quando instituições financeiras que emprestam dinheiro de longo prazo e financiam a si próprias contraindo empréstimos de curto prazo não mais conseguem ser reembolsadas através de uma nova rodada (Toporowski, 2010; Blyth, 2017). Por tais meios, os pagamentos de empréstimos e hipotecas foram separados e vendidos a terceiros na forma de novos contratos geradores de rendimentos, ou “instrumentos financeiros apoiados por hipotecas”.

Os riscos inerentes aos empréstimos imbricados a derivativos de hipotecas nunca desapareceram, ao contrário, tal processo de “venda de empréstimos” concentrou ao longo das décadas de 1990 e 2000 muitos riscos de contágio no mercado de operações compromissadas, alavancando em demasia as instituições financeiras e servindo potencialmente de *amplificador* dos efeitos da crise (Epstein, 2010; Toporowski, 2010). A crise começou a se avizinhar quando os preços das casas despencaram a partir de 2006, afetando o valor dos títulos hipotecários usados como lastros colaterais (Epstein, 2010). O prenúncio do fim da liquidez em 2007 veio, concomitantemente, com o aumento do pedido desses colaterais e a dificuldade crescente das instituições de honrarem seus compromissos graças ao valor declinante dos títulos os quais estavam indexados.

Ou seja, a problemática adquiria caráter sistêmico, pois tais ativos complexos, ao invés de reduzirem, aumentaram a correlação entre ativos no mercado compromissado; tornando ainda opacas as folhas de pagamentos dos bancos e obstaculizando identificar suas reais escalas de responsabilidades (Toporowski, 2010).

Na Europa, a situação orçamentária dos Estados nacionais – particularmente dos periféricos como Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha (PIIGS) – era complexa, embora não passível de ser atribuída ao aumento exponencial do endividamento público nos anos anteriores (exceto pelo caso grego), conforme é possível atestar pelo gráfico F em Anexo.

Ao contrário, a explosão da relação dívida/PIB se deu após a crise sistêmica estadunidense por três razões: *a)* a também alta alavancagem das instituições financeiras europeias, muitas delas detentoras dos títulos compromissados estadunidenses; *b)* os pacotes de resgate fiscal dessas instituições por parte dos governos, internalizando como público um débito em essência privado e o repassando ao povo via austeridade; e *c)* contradições no próprio ordenamento interno da União Europeia (EU). Assim, o alto custo da recapitulação financeira, somado à “ativação” dos estabilizadores automáticos (programas de auxílio-desemprego e outros tendo em vista o quadro de recessão) apenas deterioraram o quadro macroeconômico, colocando um impedimento considerável aos Estados para promoção de políticas fiscais expansionistas (Epstein, 2010; Blyth, 2017).

É importante sintetizar que a crise de 2008 não é mero “acidente de percurso”, mas está inserida em um contexto amplo de desregulamentações vigentes nos países centrais pelo menos desde a década de 1970 (Blyth, 2017). Com o *shift* do paradigma keynesiano prévio para o neoclássico, os pressupostos de que “expectativas racionais” dos agentes conduziram aos melhores resultados alocativos e que qualquer intervenção governamental seria prejudicial ao ordenamento econômico serviram de justificativa para a retração de marcos regulatórios em vários setores, produzindo justamente um setor financeiro excessivamente alavancado e fora do lastro governamental (Epstein, 2010).

O período imediato pós-eclosão do episódio de fato abalou parte da legitimidade do discurso neoliberal sobre a eficiência dos mercados auto-regulados, levando à adoção de incentivos keynesianos por pelo menos um ano. Contudo, logo após o colapso financeiro ser mitigado, deu-se uma contraofensiva das forças ortodoxas no debate público, principalmente a partir da reunião do G20 em Toronto em 2010 (Blyth, 2017). A partir daquele momento, tanto as autoridades estadunidenses quanto europeias, recuaram de tal orientação e optaram por um redesenho da política orçamentária de modo a perseguir uma “austeridade fiscal expansionista”: contrações orçamentárias que supostamente resultariam em produção conforme os investidores e consumidores antecipariam deduções fiscais de longo prazo em função dos cortes.

Embora não relacionada de forma fulcral às causas da crise, a questão da UE é digna de nota uma vez que aguça os efeitos econômicos deletérios e torna mais árdua a busca por um consenso político para superação do quadro recessivo no qual a Europa mergulha. Sua unidade monetária – euro – representa ameaça ao forçar a convergência econômica de países do bloco com especializações produtivas muito díspares, para além de sacrificar as políticas monetária e cambial dos países-membros sob a égide de um BCE cuja preocupação-mor é a inflação (Agnew, 2015).¹⁹ Com o tempo, então, a Zona do Euro aprofundou o déficit dos Estados periféricos enquanto o desempenho alemão era o único superavitário, inundando estes primeiros de capitais e créditos baratos ao passo que escamoteava a vulnerabilidade dos mesmos à fuga de capitais que se tornou posteriormente responsável pela iliquidez em 2011 (Agnew, 2015; Blyth, 2017).

A América do Sul, finalmente, foi atingida pela crise financeira de forma *distinta* e *indireta*, embora não menos significativa. Conforme já destacado, os governos pós-neoliberais da região, aproveitaram o *boom* das commodities para aprofundar suas

¹⁹ Para além de uma restrição clara ao *policy space* de tais Estados nacionais, esta ênfase na estabilidade monetária por parte do BCE se torna ainda mais preocupante uma vez que a tendência dos preços na Europa é de queda (deflação) em função do ritmo econômico letárgico.

exportações, principalmente à China. Em contrapartida, esta ascensão geopolítica acabou “forçando-os” a uma especialização produtiva *primária e regressiva*, a partir do momento em que desalojou a indústria dos mesmos seja no mercado interno ou externo (UNCTAD, 2017; Gala, 2018).²⁰ Tal especialização regressiva é atestada pela queda drástica da participação do setor industrial manufatureiro no PIB desses países, bem como pela baixa participação em suas pautas exportadoras, conforme os gráficos G e H. Entre 2000 e 2008, esse desalojamento aludido foi momentaneamente ofuscado pelo aumento do crescimento econômico graças a um fôlego maior do poder de consumo doméstico e entrada de divisas; tendências estas que não se mostraram sustentadas para os anos seguintes.

Após a crise financeira, a recessão na Europa e nos Estados Unidos (principais demandantes das manufaturas asiáticas) impôs severos tolhimentos à margem de crescimento da China advinda do comércio exterior e dos investimentos (Moura, 2015). Assim, as autoridades governamentais chinesas adotaram uma série de reformas institucionais reconfigurando o eixo de acumulação do país na direção do consumo e dos serviços; revertendo a alta dos preços e demanda por commodities. Essa reversão do cenário externo revelou-se, como veremos a seguir, imprescindível para a desaceleração econômica sul-americana (Pereira e Ribeiro, 2016).

Tendo em vista todo o delineamento até aqui, portanto, é possível apontar que, uma vez compreendendo conjuntura crítica enquanto ruptura drástica de determinados rumos políticos e econômicos orientados por padrões institucionais estabelecidos (Collier e Collier, 1991), ou como amálgama entre fatores internos e/ou externos rompendo correlações de forças societais prévias (Acemoglu e Robinson, 2012), a crise de 2008 o foi para ambas as regiões. Na Europa, causou uma internalização dos prejuízos bancários e financeiros por parte do Estado, transferidos à população via recrudescimento dos gastos públicos e sociais (ainda que variando por países), para além de escancarar contradições no bloco regional. Já na América do Sul, impôs um impacto indireto responsável por uma restrição externa ao crescimento de grande magnitude, causando a desaceleração paulatina dessas economias e esgotamento da maioria das coalizões políticas e societais vigentes.

4) O “Pré” e o “Pós” da Crise: esquerda e direita ainda se distinguem?

A multicausalidade e complexidade crescente envolvendo os processos de desenvolvimento no capitalismo contemporâneo, com estes cada vez mais sujeitos a uma miríade de fatores simultâneos (Gereffi, 1990), faz com que uma reconstituição e

²⁰ As apreciações cambiais também contribuíram para esse desalojamento, embora sejam fenômenos imbricados aos outros fatores mencionados (Gala, 2018).

mapeamento de qualquer trajetória de economia política deva levar em conta tanto uma *chave internalista* compreendendo indicadores macroeconômicos e políticos domésticos quanto uma *externalista* que faça referência ao grau de imbricação desses países com a economia mundial, em sua dinâmica comercial e também financeira.

Sendo assim, nesta seção vamos primeiramente, tecer uma descrição qualitativa e comparativa para tais regiões tomando a Crise de 2008 como marco. Assim, observaremos tendências prévias e posteriores ao episódio, mapeando continuidades e rupturas mais drásticas. Para evitar ruídos e distorções produzidos por indicadores isolados, operamos mediante médias regulares e médias das médias trienais. Em seguida, por um viés mais quantitativo, mostraremos regressões múltiplas mapeando o impacto de algumas variáveis independentes selecionadas sobre nossas três variáveis dependentes consideradas mais importantes, a saber: o tamanho das respectivas dívidas públicas, gastos sociais e gastos públicos. Longe da pretensão de fornecer explicações e narrativas totalizantes, até porque muitos dos reflexos e respostas à crise são concomitantes, elucidamos alguns gráficos comparativos em anexo (gráficos J e L).

Olhando de forma descritiva os dados ilustrados no gráfico J em anexo sobre o perfil do endividamento e dos gastos europeus, é nítido o ponto crítico da crise, quase duplicando a relação entre dívida governamental (de aprox. 70% em 2007 para mais de 120% em 2012) ante o tamanho da economia doméstica em um intervalo de cinco anos. O pequeno incremento imediato dos gastos públicos no ano de 2009, possivelmente, na esteira do delineado por Blyth (2017), diz muito mais a respeito das políticas anticíclicas keynesianas de injeção de liquidez no sistema bancário e produtivo do que extensão do tecido protetivo exatamente. Logo no pós-crise, por conseguinte, atesta-se uma estagnação dos gastos sociais e pequena desaceleração dos gastos públicos pelos anos seguintes, mesmo após a retomada de um tímido ritmo de crescimento no continente. Embora a dívida média por nós auferida para os oito países em questão tenha estabilizado, seu patamar ainda é elevadíssimo e é pouco provável que tanto as economias centrais europeias (Alemanha, França, Reino Unido) quanto os “PIIGS” consigam uma mudança drástica com relação ao cenário de estagnação e depressão econômica o qual se encontram. Um alento, contudo, diz respeito ao fato de os índices de desemprego terem apresentado uma queda constante ao final do recorte, indicando um cenário um pouco menos deletério e perspectivas positivas para a arrecadação fiscal dos Estados. No gráfico L, ilustramos os mesmíssimos indicadores para os quatro países em questão da América do Sul – Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.

Como é possível ver, talvez um dos mais virtuosos legados das experiências progressistas pós-neoliberais na região tenha sido a recomposição de taxas mais robustas de crescimento econômico (possivelmente as maiores desde o período prévio à crise da dívida na década de 1980) com geração de empregos, possibilitando por conseguinte a própria base de recursos dos Estados para operarem políticas públicas inclusivas e arrefecerem as respectivas dívidas governamentais. Tanto os gastos públicos gerais quanto os gastos sociais sobre o PIB cresceram de forma regular e constante ao longo do tempo; e, mesmo no pós-crise, tais governos foram capazes de manter, ainda que com ligeira oscilação para cima, a dívida relativamente estável dentro de um paradigma inédito de pleno emprego para a América do Sul por alguns anos ainda. O quadro encontra ponto mais claro de deterioração de indicadores a partir do biênio 2013/2014, quando se agudizam a deterioração econômica chinesa - bastante influente na performance de crescimento econômico sul-americano (consultar Gráfico I em anexo a respeito da correlação entre PIB chinês e sul-americano). Tinha-se então a concatenação de fatores que acabaria por produzir o cenário adverso de crise na região, onde os quatro países já vinham desacelerando.

Adiante, trazemos a operacionalização estatística dos indicadores através de modelos de regressão múltipla. Como *variáveis independentes*, mobilizamos as seguintes: *liberalização financeira*, *recursos institucionais de poder* (auferidos pelo número de cadeiras ocupadas no Legislativo por forças do partido de esquerda) e *densidade sindical*. Por liberalização financeira, traduzimos empiricamente aqui a internacionalização dos fluxos *de jure*, mediante o índice Chinn-Ito que mede e codifica o grau de restrições institucionais à abertura da conta de capitais conforme metodologia do FMI²¹. Já por densidade sindical, a referência padrão é a proporção (%) da força de trabalho nacional sindicalizada, denotando uma maior ou menor cobertura da barganha coletiva e também, em certo sentido, o próprio peso desses atores no cenário político.

As correlações esperadas são as seguintes: acreditamos que a liberalização financeira, atestando maior mobilidade de capitais e internacionalização das economias, possui uma associação negativa com relação às variáveis dependentes, em função da chamada “camisa de força” sobre a política fiscal e déficits orçamentários que, em tese, introduziria. Já a questão do maior ou menor poder institucional dos partidos de centro-esquerda ao lado de densidade sindical poderia trazer pistas sobre mais gastos públicos e políticas fiscais expansionistas pró-pleno emprego, acarretando possivelmente em maiores déficits.

²¹ A base de dados para tal índice pode ser conferida em: < http://web.pdx.edu/~ito/Chinn-Ito_website.htm >.

TABELA 2 - América Latina e Europa: Relação Dívida/PIB, gastos sociais/PIB e gastos públicos/PIB (médias trienais: 2000 - 2016)²²

	Dívida/PIB	Gastos sociais/PIB	Gastos públicos/PIB
Intercepto	-98.38*** (22.44)	3.26*** (3.32)	11.07*** (1.54)
Liberalização financeira	-11.86 . (6.09)	3.47*** (0.58)	-0.49 (0.53)
Recursos de poder da esquerda	0.04 (0.24)	0.001 (0.03)	0.04* (0.02)
Densidade sindical	1.80*** (0.39)	-0.17** (0.05)	-0.04** (0.04)
Gastos públicos/PIB	4.37* (1.68)	0.56** (0.22)	~
Gastos sociais/PIB	3.59** (1.11)	~	0.26** (0.09)
Dívida/PIB	~	0.05** (0.02)	0.03* (0.01)
R²	0.67	0.80	0.68
Observações	60	60	60

*Códigos de significância: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.01 '.' 1

Fontes: Elaboração própria a partir de CHINN e ITO, 2018; FMI; OCDE; World Bank; outras.

A partir dos dados, é possível refletir sobre alguns indicativos: a liberalização financeira mostrou, em linha com o que esperávamos, uma correlação negativa para com a proporção Dívida/PIB; embora, contraintuitivamente, tenha apresentado correlação positiva para o volume de gastos sociais. Permanecemos acreditando que este indicador aponte para restrições estruturais sobre o volume de gastos públicos e, conseqüentemente, para maiores superávits primários reduzindo o tamanho da dívida (cf. Garrett, 1996). Contudo, não encontramos significância estatística robusta para essa mesma associação, ao contrário da pertinente aos gastos sociais. É possível que esta aparente contradição se atribua ao viés engendrado pela crise de 2008, elemento exógeno responsável por ampliar agudamente as dívidas europeias e que pode ter distorcido a mensuração: assim, o aprofundamento dos déficits seria reflexo da própria depressão e espiral econômica regressiva, enquanto que maiores gastos sociais podem decorrer dos estabilizadores automáticos ativados para aliviar os efeitos perniciosos do episódio²³.

²² Dívida/PIB, gastos sociais/PIB e gastos públicos/PIB foram inseridos como variáveis independentes para mostrar como essas variáveis estão correlacionadas com a respectiva variável dependente e para ajustar melhor os modelos. Cabe salientar também que países da América do Sul e Europa estão juntos na amostra devido ao baixo número de observações no caso sul-americano.

²³ Estabilizadores automáticos são dispositivos institucionais contra-cíclicos que são acionados em condições econômicas adversas (geralmente, casos de recessão ou desaceleração rápida do crescimento) de modo a tentar amenizar a queda da renda real dos cidadãos (Froyen, 1999). Um exemplo clássico é o *auxílio-desemprego*.

Em recursos de poder da esquerda, a correlação é positiva porém apresenta coeficientes sem significância estatística em relação à dívida/PIB e gastos sociais. Já, com relação aos gastos públicos, há uma significância razoável. Acreditamos que isso, de certo modo, forneça possíveis pistas um pouco de encontro à hipótese secundária. A consolidação do novo paradigma da globalização desregulada, apesar de dificultar o cumprimento de uma agenda de esquerda ou eminentemente voltada para privilegiar a *constituency* trabalhadora vis-à-vis os representantes do capital (K), não mudou muito o padrão de expansionismo fiscal mais ligado às social democracias. No entanto, testes mais elaborados ainda são necessários tendo em vista que relativa significância estatística foi encontrada somente com gastos públicos como variável dependente.

Densidade sindical, por sua vez, ao se mostrar positiva e significativa para a ampliação do nexo dívida/PIB, denota a relevância estrutural ainda existente da barganha coletiva e organização laboral – compreendidas também enquanto recursos de poder – no sentido de pressionar por maiores gastos públicos e políticas fiscais expansionistas. Frisamos que esta variável deve ser ponderada de forma muito cautelosa para as duas regiões, visto que com relação à América do Sul, por exemplo, há um histórico particular de mercados de trabalho fragmentados e altamente informais. Tal fato pode ter influenciado em correlações negativas em relação aos gastos sociais e públicos.

No entanto, apesar dos resultados, a variável *tempo* parece relevante na análise desses dados elencados, pois o marco da Crise de 2008 e conseqüentemente seu legado recai sobre governos que assumiram depois dela, herdando assim números desfavoráveis. Sendo assim, pensamos em uma versão futura deste *paper* realizar uma análise temporal dos dados hierarquizando por país e continente, para reduzir o efeito de um no outro e assim controlar melhor também realidades nacionais distintas.

5) Considerações finais

Tentamos, ao longo deste artigo, tecer uma interpretação analítica preliminar e comparada das mudanças socioeconômicas e estruturais experimentadas por países selecionados de parte da Europa e da América do Sul. O objetivo, em parte, foi discutir um pouco mais a retração da proteção social – legado das experiências social democratas nas duas regiões – e os desdobramentos da crise de 2008 sobre essas economias políticas. Para tanto, mobilizamos uma literatura sobre ambas as trajetórias e, a partir delas e de fatos estilizados, tentamos reconstituir suas narrativas para mapear os pontos e elementos mais importantes.

Na primeira seção, contextualizamos historicamente a consolidação das forças social democratas no tabuleiro político da competição eleitoral do velho continente,

com estes atores se inserindo numa clivagem antípoda às forças liberais em termos de predileções de políticas públicas e inclinação prioritária do Estado, reflexo direto de suas *constituencies*. Até meados dos anos 1970, tais partidos, uma vez incumbentes, puderam erigir os pilares do *welfare state* europeu moderno, com combate às desigualdades, geração de um tecido de proteção robusto e pleno emprego. A partir daquela década, em meio a mudanças estruturais e geopolíticas na economia internacional, a governança tradicional social democrata, orientada pelos preceitos keynesianos, tornou-se cada vez mais obstaculizada. Não obstante, a despeito dos tolhimentos engendrados pelo novo ordenamento estrutural internacional, a variável partidária permaneceu importante na determinação dos rumos de política econômica, embora certamente ressignificada em outros termos (Garrett, 1996; Weiss, 2003).

Na segunda seção, por sua vez, voltamos nosso olhar para as experiências recentes de governos progressistas na América do Sul através de quatro casos nacionais: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Galvanizados por partidos políticos de centro-esquerda de base majoritariamente trabalhadora e imbricada a movimentos sociais, os matizamos também enquanto experiências social democratas. As razões para tal procedimento são: forças políticas que operaram uma viragem nas próprias metas da política econômica vis-à-vis as dos governos neoliberais anteriores, passando a contemplar a busca por geração de emprego e ênfase nos estratos de renda mais baixos. Tudo isto, sem dúvida, sob as restrições específicas da condição periférica sul-americana sob o capitalismo globalizado.

Na terceira seção, focamos nos dispositivos causais da crise financeira de 2008 e como esta impactou a Europa diretamente e a América do Sul indiretamente. Fruto de uma alavancagem extrema do setor financeiro não-bancário e da crescente desregulação institucional por parte das autoridades públicas dos países centrais, tal crise representou um verdadeiro fardo a esses países no sentido de forçá-los a um imperativo de internalização das mesmas sob o risco de colapso completo de suas economias. O ônus de tal internalização, no caso europeu, foi socializado pela população e contribuiu para acirrar tensionamentos e contradições no bojo do bloco econômico hegemônico pela Alemanha. Na América do Sul, em turno, o pós-crise encerrou o ciclo internacional favorável de termos de troca generosos e crédito abundante, impondo um estrangulamento que apenas as políticas voltadas aos mercados internos por parte de seus governos não foram capazes de contornar.

Munidos de uma gama de distintos dados empíricos mobilizados de fontes diversas, tentamos empregar na quarta seção alguns exercícios metodológicos para tratá-los na busca por correlações e associações pertinentes. Diversas das associações encontradas na regressão até apresentaram sentido preconizado por nossas

premissas e pela literatura (liberalização financeira sobre relação dívida/PIB; recursos de poder institucionais de esquerda sobre dívida, gastos sociais e principalmente públicos), porém sem significância estatística robusta para a afirmação de tendências mais claras. Pensamos, com isto, a necessidade de buscar mais variáveis a serem acrescentadas à análise para trabalhos futuros, particularmente com novas metodologias que lidem com séries temporais e possam mitigar distorções causadas pela ruptura da crise.

Referências Bibliográficas

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Por que as Nações fracassam: As origens do poder, da prosperidade e da pobreza.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

AGNEW, John. “La geopolítica de la austeridad europea: Ordnungspolitik y la sombra del modelo económico alemán sobre la crisis de la Eurozona”. *Revista Geopolítica(s)*, Vol.6, No. 2, 2015. pp.179-200.

AMARAL, Oswaldo. “Adaptação e resistência: o PT no governo Lula entre 2003 e 2008”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, 2009. pp.105-134.

BERMAN, Sheri. *The Primacy of Politics: Social Democracy and the Making of Europe’s Twentieth Century.* Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BERGOUNIOUX, A. e MANIN, Bernard. *Le Régime Social-Démocrate.* Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

BLYTH, Mark. *Austeridade: A história de uma ideia perigosa.* São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BOIX, Carles. *Political parties, growth and equality: conservative and social democratic economic strategies in the world economy.* Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. “Politics and Development: Lessons from Latin America”. In.: BOSCHI, Renato; SANTANA, Carlos (Eds.). *Development and Semi-Periphery: Post-neoliberal Trajectories in South America and Central Eastern Europe.* London: Anthem Press, 2012. pp.45-63

CAMPELLO, Daniela. *The Politics of Market Discipline in Latin America.* Cambridge University Press, 2015.

COLLIER, Ruth Berins; COLLIER, David. *Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America.* Princeton University Press, 1991.

DARRIEUX, Rodolfo S. P. “Social Democracia: Antecedentes históricos, políticas públicas, globalização econômica e o caso brasileiro”. In.: *Ponto de Vista: Perspectivas sobre o desenvolvimento*, Vol. 1, janeiro de 2017, pp.1-22.

EPSTEIN, Gerald. “A Crise Financeira Global: evitar uma Grande Depressão e conter o ciclo destrutivo”. In.: **EPSTEIN, Gerald et al.** *Financeirização da Economia: a última fase do neoliberalismo.* Lisboa: Editora Livre, 2010. pp.94-124.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The three worlds of welfare capitalism.* Princeton: Princeton University Press, 1990.

FROYEN, Richard. *Macroeconomia.* São Paulo: Saraiva, 1999.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *Annual Report on Exchange Arrangements and Exchange Restrictions 2016.* Disponível em: < <https://www.imf.org/en/Publications/Annual-Report-on-Exchange-Arrangements-and-Exchange-Restrictions/Issues/2017/01/25/Annual-Report-on-Exchange-Arrangements-and-Exchange-Restrictions-2016-43741> >. Acesso em 12 de maio de 2018.

GALA, Paulo. “A China ‘destruiu’ o Brasil com dois golpes fatais”. Disponível em: < <http://www.paulogala.com.br/evolucao-da-complexidade-economica-no-brasil-e-na-china/> >. Acesso em 24 de março de 2018.

GARRETT, Geoffrey. “Capital Mobility, Trade, and the Domestic Politics of Economic Policy”. In.: **KEOHANE, Robert; MILNER, Helen (Eds.)**. *Internationalization and Domestic Politics*. Cambridge University Press, 1996. pp.79-107.

GEREFFI, Gary. “Paths of Industrialization: An overview”. In.: **GEREFFY, Gary; WYMAN, Donald (Eds.)**. *Manufacturing Miracles: Paths of Industrialization in Latin America and East Asia*. New Jersey: Princeton University Press, 1990. pp.3-31.

HIBBS, Douglas. “Political Parties and Macroeconomics Politics”. *The American Political Science Review*. Vol.71, n. 4, 1977. pp.1467-1487.

GUTTMANN, Robert. “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. *Novos Estudos*, n.82, 2008. pp.11-33

JUDT, Tony. *Pós-Guerra: Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KEOHANE, Robert; MILNER, Helen (Eds.). *Internationalization and Domestic Politics*. Cambridge University Press, 1996.

LANZARO, Jorge. “La socialdemocracia criolla”. *Nueva Sociedad*, N.217, 2008. pp.40-58.

LAVINAS, Lena. “How Social Developmentalism Reframed Social Policy in Brazil”. *New Political Economy*, 2017.

LAVINAS, Lena; SIMÕES, André. “Social Policy and Structural Heterogeneity in Latin America: the turning point of the 21th century”. *Economia Contemporânea*, número especial, 2017. pp.1-35

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*. Nova York: The Free Press, 1967.

LOJSCH, Dagmar et al. “The Size and Composition of Government Debt in the Euro Area”. *ECB Occasional Paper Series*, No.132, 2011.

MOURA, Rafael. “A desaceleração chinesa e o ‘Novo Normal’: implicações estruturais para a economia e o setor financeiro doméstico”. *Revista Desenvolvimento em Debate*. Vol.3, N.2, 2015. pp.79-109.

PEREIRA, Lia Baker; RIBEIRO, Lívio. “A nova fase do modelo chinês e principais questões para o Brasil”. In.: **BONELLI, Régis; VELOSO, Fernando (Orgs.)**. *A crise de crescimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. pp.243-281.

PIERSON, Paul. “The New Politics of the Welfare State”. *World Politics*, Vol.48, 1996. pp.143-179.

POLANYI, Karl. “Our obsolete market mentality: Civilization must find a new thought pattern”. In.: **DALTON, George (Ed.)**. *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*. Boston: Beacon Press, 1971. pp. 69-77.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and Social Democracy*. New York: Cambridge University Press, 1985.

RODRIK, Dani. *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*. New York: W. W. Norton & Company, 2012.

SCHNEIDER, Ben; SOSKICE, David. “Inequality in Developed Countries and Latin America: coordinated, liberal and hierarchical market economies”. *Economy and Society*, 38 (1), 2009. pp.17-52.

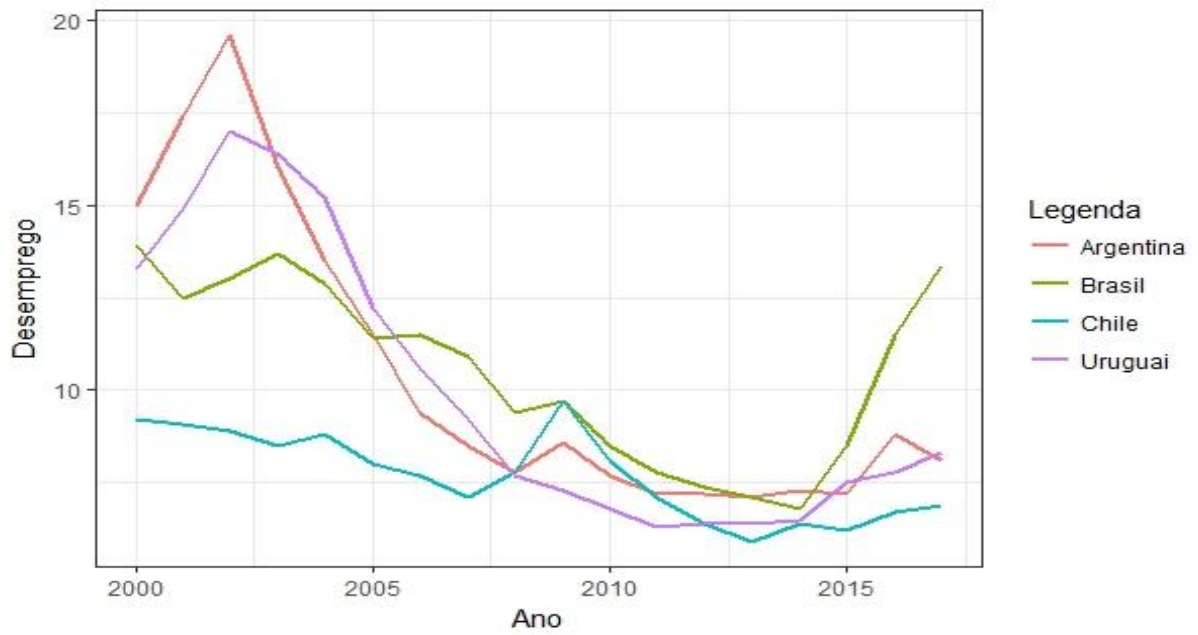
TOPOROWSKI, Jan. “Fontes da Crise Financeira”. In.: **EPSTEIN, Gerald et al.** *Financeirização da Economia: a última fase do neoliberalismo*. Lisboa: Editora Livre, 2010. pp.23-31.

UNCTAD. *The State of Commodity Dependence 2014*. Disponível em: < http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/suc2014d7_en.pdf >. Acesso em 12 de agosto de 2017.

WEISS, Linda (Ed.). *States in the Global Economy: Bringing the Domestic Institutions Back*. In. Cambridge University Press, 2003.

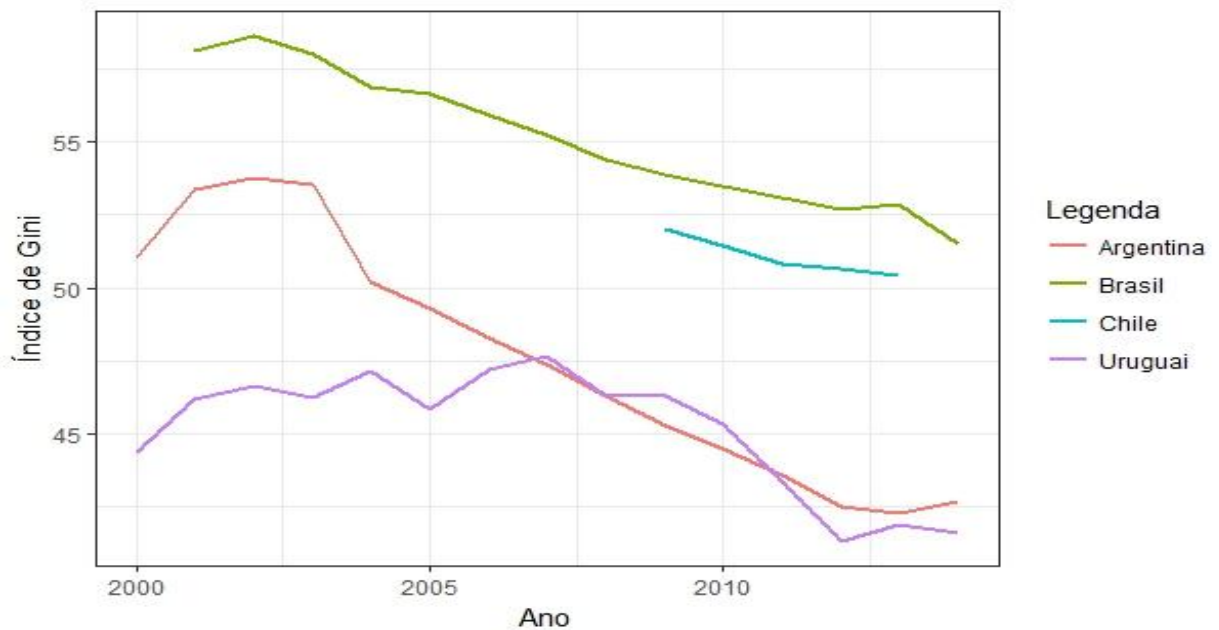
ANEXO

Gráfico A – Trajetórias dos Índices de Desemprego (% da Força de Trabalho Total) – América do Sul



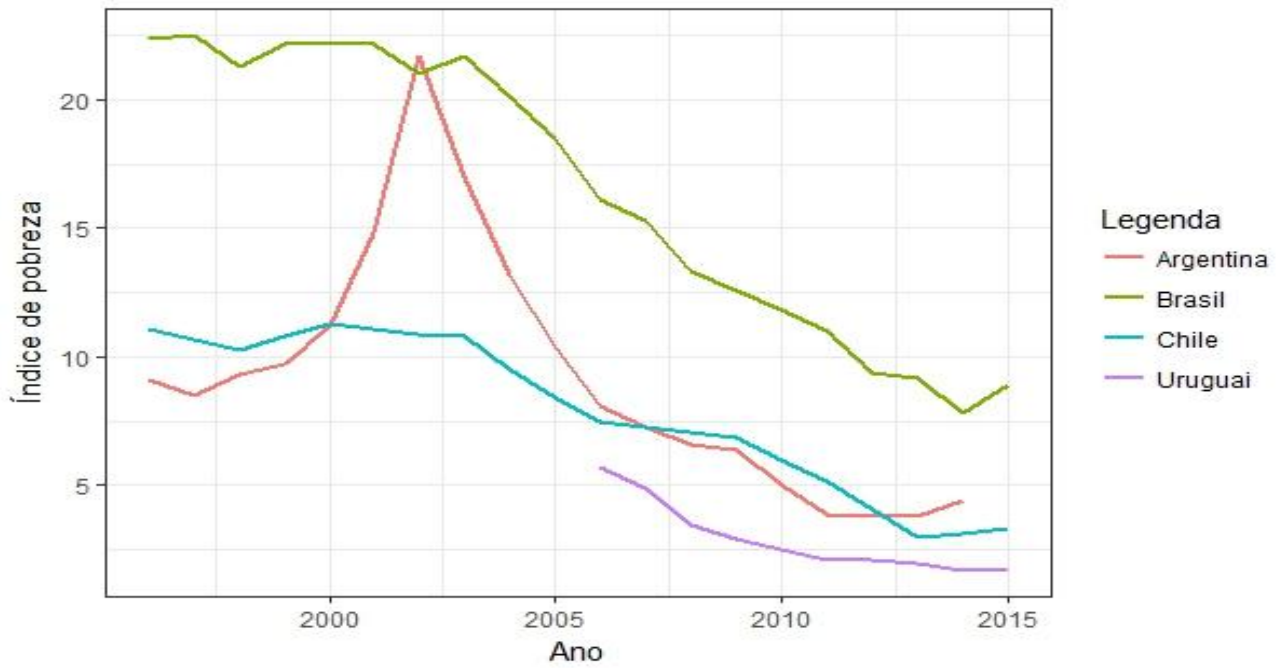
Fonte: World Bank.

Gráfico B – Trajetórias dos Índices de Gini – Países Seleccionados (América do Sul)



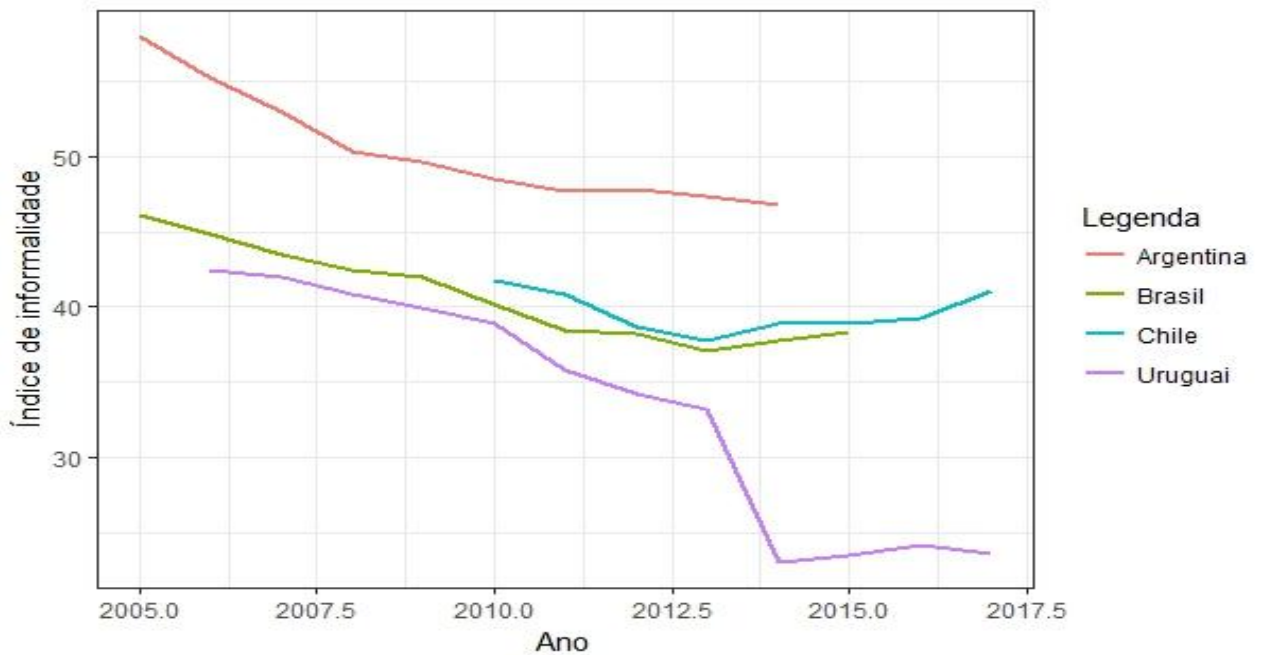
Fonte: Elaboração própria a partir de ONU, *UN World Income Inequality Database*.

Gráfico C – Índices de Pobreza no Cone Sul (% da população vivendo com menos de \$5,50 ao dia), 1996-2015



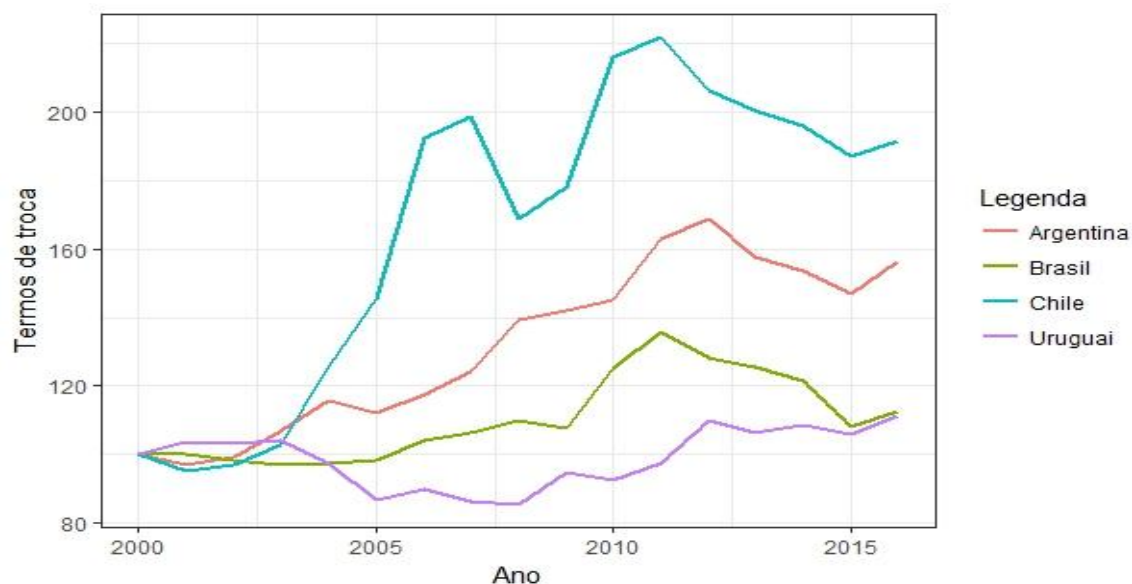
Fonte: World Bank.

Gráfico D – Informalidade como % da Força de Trabalho – Países Seleccionados (América do Sul)



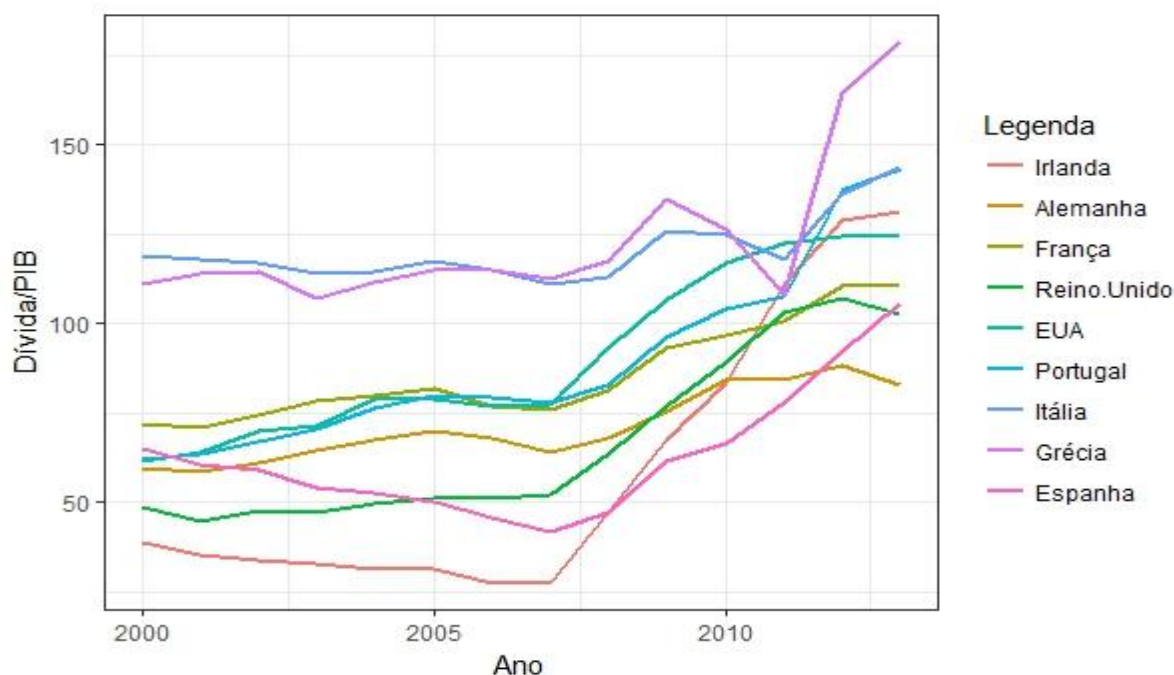
Fonte: OIT.

Gráfico E – Trajetória dos Termos de Troca (2000 = 100) na América do Sul, 2000-2016



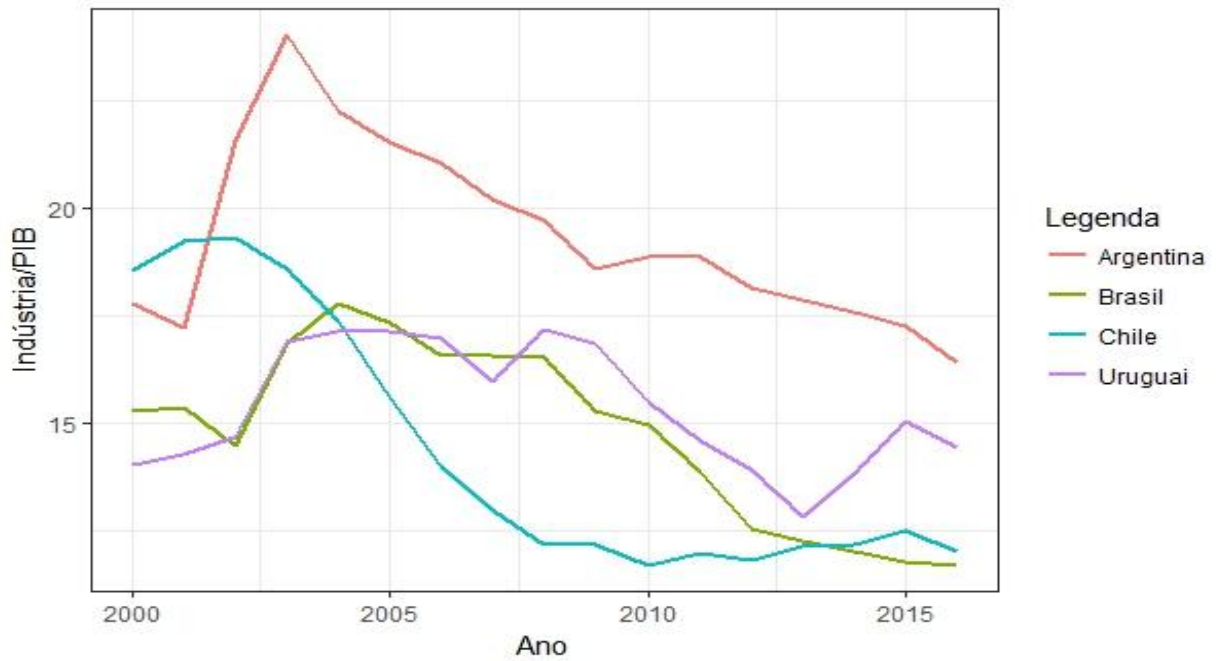
Fonte: World Bank.

Gráfico F – Dívida Governamental Bruta com relação (%) ao Produto Interno Bruto de Países Seleccionados, 2000-2013



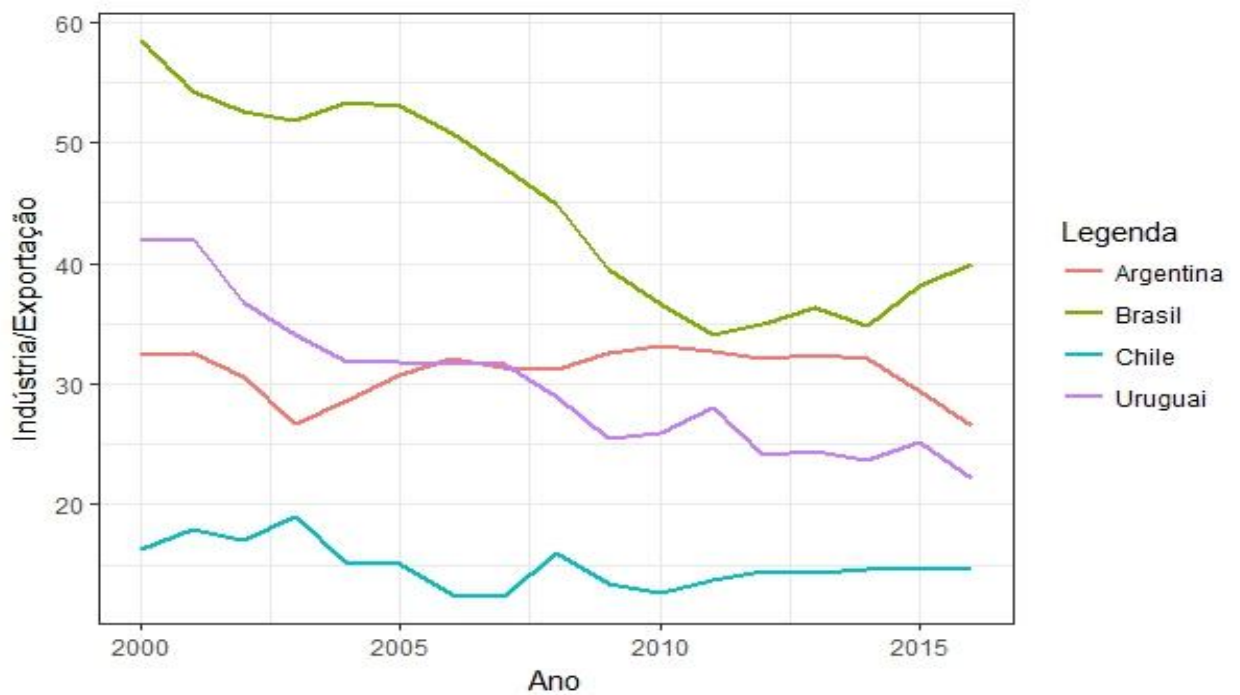
Fonte: Lojsh *et al*, 2011; OCDE.

Gráfico G – Participação do Setor Manufatureiro no Valor Agregado do PIB (%) – América do Sul, 2000-2016



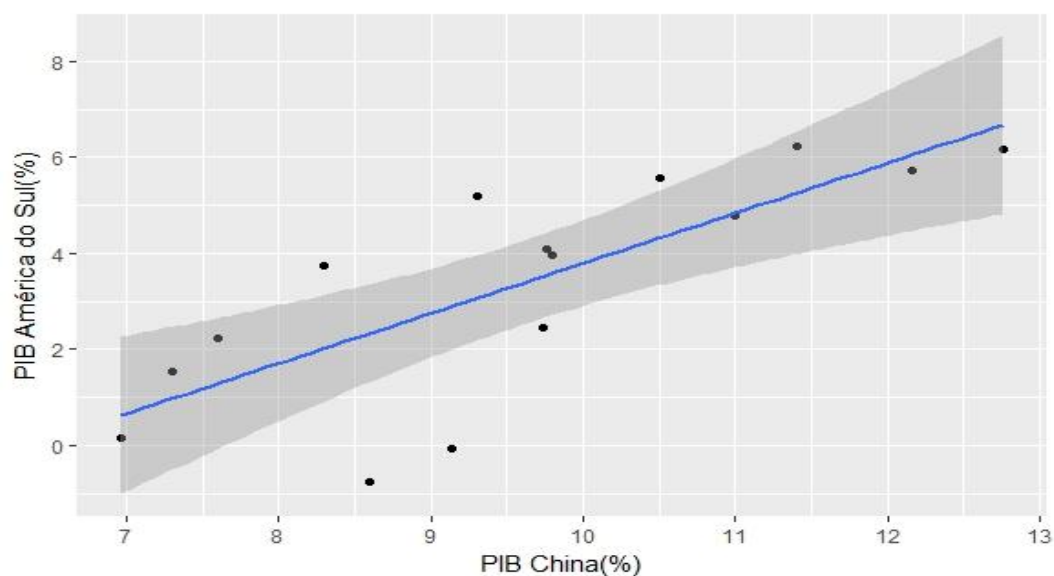
Fonte: World Bank.

Gráfico H – Participação do Setor Manufatureiro na Pauta Exportadora (%) – América do Sul, 2000-2016



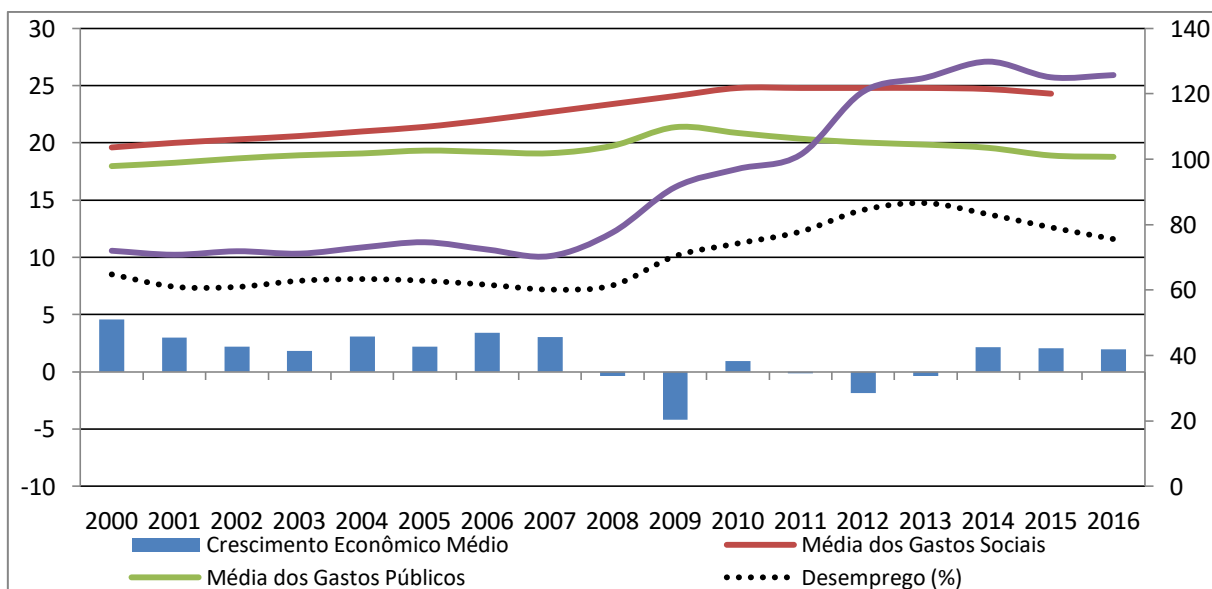
Fonte: World Bank.

Gráfico I – Correlação entre desempenho econômico chinês, desempenho econômico médio sulamericano de países selecionados da América do Sul, 2000-2016²⁴



Fonte: Elaboração própria a partir de World Bank.

Gráfico J – Perfil do Endividamento e dos Gastos Públicos nos Países Selecionados da Europa, 2000-2016



Fonte: Elaboração própria a partir de World Bank e OCDE.

²⁴ Coeficientes (desvio padrão) da regressão linear para o gráfico I:

PIB/América do Sul (Intercepto): -6.65(2.35)*

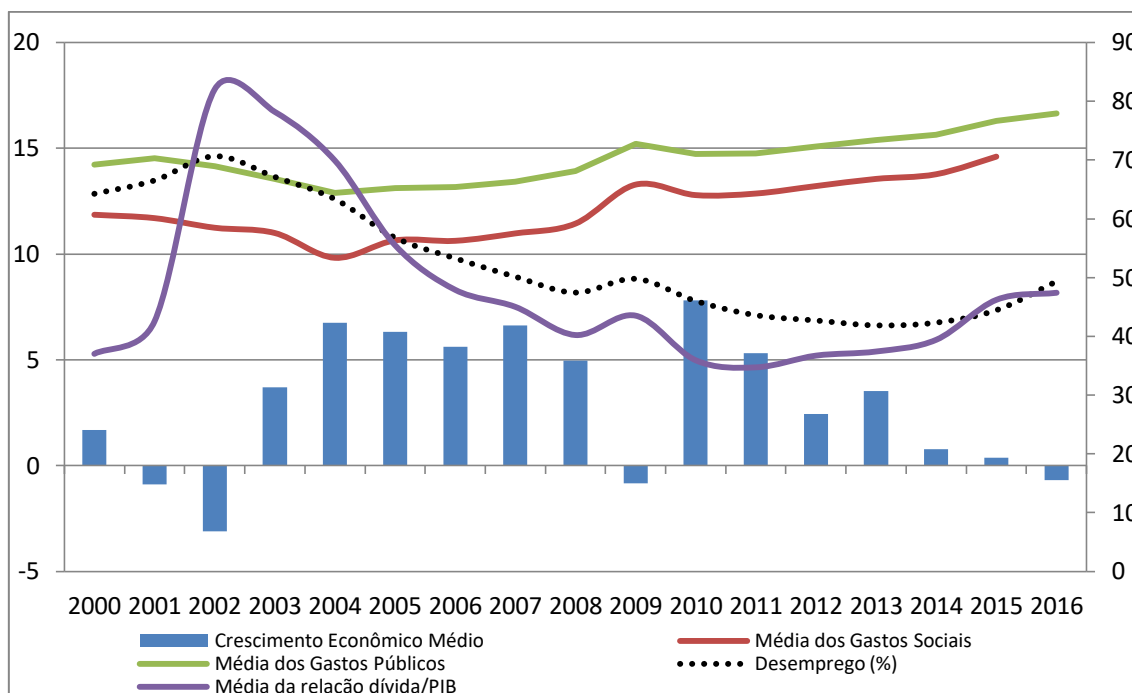
PIB/China: 1.04(0.24)***

R²: 0.59

Observações: 15

Códigos de significância: 0 **** 0.001 *** 0.01 ** 0.05 * 0.1 ' ' 1

Gráfico L – Perfil do Endividamento e dos Gastos Públicos em Países Seleccionados da América do Sul, 2000-2016



Fonte: Elaboração própria a partir de World Bank, OCDE e Cepal.